



Centro Universitário de Brasília
ICPD – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento

ROSSANI MENDONÇA PRADO

**A AMBIGÜIDADE NOS DISCURSOS PARLAMENTARES
PRONUNCIADOS EM 2006, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SOBRE
A CPMI DAS SANGUESSUGAS**

**Brasília/DF
2006**

ROSSANI MENDONÇA PRADO

**A AMBIGÜIDADE NOS DISCURSOS PARLAMENTARES
PRONUNCIADOS EM 2006, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SOBRE
A CPMI DAS SANGUESSUGAS**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD-Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Especialização, *Lato Sensu*, em Língua Portuguesa – Texto e Discurso. Orientadora: Professora F. Cordelia Oliveira da Silva.

Brasília/DF

2006

AGRADECIMENTO

A Deus, por ter me concedido, através de sua bondade infinita, o potencial e a possibilidade de concretizar mais uma conquista em minha vida.

À minha família, pela compreensão de minha ausência e pelo reconhecimento ao meu esforço.

A minha orientadora, Professora Cordélia, pela sua dedicação e auxílio.

Aos meus colegas de curso, pelos conhecimentos e pelos bons momentos compartilhados.

“Enquanto constrói seu espaço e sua chance científica, o estudante constrói principalmente sua autonomia, como sujeito capaz de história própria. O mesmo conhecimento que esclarece é o que também imbeciliza. Por isso, deve fazer parte do saber pensar a ética.” (DEMO, 2000 apud HARDING, 1998).

RESUMO

Este trabalho tem por objetivos identificar as várias formas de ambigüidades no discurso parlamentar e suas características, e apresentar possíveis interpretações para correção das ambigüidades presentes no discurso parlamentar. O embasamento teórico do presente trabalho será calcado nos conceitos e propostas de Koch (2001, 2004), sobretudo porque haveremos de considerar o uso essencialmente argumentativo da linguagem. No que se refere à enunciação, pautaremos nosso embasamento em Fiorin (2004) e quanto ao aspecto semântico/sintático nos apoiaremos em Cunha (2001). Recorreremos, ainda, a Bakhtin (1997) em seu discurso sobre a língua como fenômeno social e na prática da revisão ou reescritura e, no que concerne à ideologia, abordaremos os conceitos traduzidos por Fairclough (2001). É parte integrante deste trabalho trechos de discursos parlamentares, proferidos na tribuna da Câmara dos Deputados, sobre a CPMI das Sanguessugas, contendo frases ambíguas. A partir do levantamento das referidas frases elaboraremos um questionários com o objetivo de colher possíveis interpretações às ambigüidades detectadas e a partir das respostas colhidas passaremos à análise propriamente dita. Do entrevistado não se espera apenas uma revista, apenas localizar o erro, mas uma intervenção efetiva na redação, a fim de saná-la. Fundamental para o desfecho do presente trabalho será a identificação da ambigüidade manifesta no discurso parlamentar, a partir do conhecimento de como ela ocorre no contexto da Língua Portuguesa, assim como a identificação da intenção da ambigüidade no discurso parlamentar a partir do conhecimento da intenção do interlocutor, dos motivos e objetivos de seu discurso, se sua argumentação é em defesa ou contra o assunto abordado.

Palavras-chave:

Revisão de texto crítica, ambigüidade, análise do discurso, reescritura, enunciação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	11
2 O TEXTO	16
3 A AMBIGÜIDADE PROPRIAMENTE DITA	20
4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	26
CONCLUSÃO	37
BIBLIOGRAFIA	40
ANEXOS	43

INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa visa abordar o tema ambigüidade, e tem por objetivo identificar as variantes da ambigüidade no discurso parlamentar, a abordagem ideológica, social, histórica e política em que o discurso está inserido e apresentar possíveis interpretações que tornem o texto mais claro.

Escolhemos trabalhar o tema ambigüidade por tratar-se de assunto específico, por estar revestido de abrangência significativa bastante razoável no contexto da Língua Portuguesa, por seu caráter altamente subjetivo e pela gama de características intrínsecas em sua enunciação, algumas vezes propositais; outras, não.

O ano de 2006 tem sido um ano atípico no parlamento brasileiro, especificamente na Câmara dos Deputados onde o trabalho legislativo restringiu-se basicamente às investigações realizadas pelas Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito – CPMI's, criadas em virtude das inúmeras denúncias de desvio de recursos públicos, veiculadas pela mídia. Em razão da grave crise de natureza ética enfrentada atualmente pelo Parlamento, que envolve parte do próprio Congresso Nacional, escolhemos, para a seleção dos discursos parlamentares que trabalharemos, o assunto relativo à CPMI das Sanguessugas, ou seja, os discursos acerca do envolvimento de parlamentares no recebimento de propinas em virtude da aprovação de medidas orçamentárias destinadas à compra de ambulâncias superfaturadas.

O momento político em que vivemos, especialmente nesta época de campanhas eleitorais, quando estamos na iminência de decidirmos nas urnas

nossos governantes, nos faz refletir e questionar, muitas vezes, sobre as intenções do falante ao produzir esse ou aquele discurso, o que estará por trás, nas entrelinhas, do que é dito. E nos questionamos: será que ele está sendo sincero, será que podemos confiar?

O discurso parlamentar por si só já enseja um cunho especificamente político, revestido de ideologia, ou como diz Marilena Chauí (2001, p. 23):

Em sociedades divididas em classes (...), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas idéias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político.

Segundo Vogt (1980), todo enunciado diz algo, mas o diz de um certo modo. Toda atividade de interpretação presente no cotidiano da linguagem fundamenta-se na suposição de que quem fala tem certas intenções ao comunicar-se.

Koch (2004) afirma que, por meio do discurso (ação verbal dotada de intencionalidade), o homem tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que esse compartilhe das suas opiniões. Assim, não existe discurso neutro, pois a todo discurso subjaz uma ideologia, e o ato de argumentar – de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões – constitui ato lingüístico fundamental, indispensável, na interação social.

No tocante ao discurso, portanto, faz-se mister localizá-lo no contexto social em que está inserido, quem é o indivíduo que nos fala? Qual sua trajetória política? Seu discurso é contraditório ou não? Qual o objetivo do seu discurso?

Portanto, em um primeiro momento procederemos a uma busca minuciosa na Internet e nos meios de comunicação para definirmos o perfil do discurso parlamentar que melhor se enquadre em nossa proposta de estudo; que, como mencionado anteriormente, abordará as discussões em torno da CPMI das Sanguessugas. Buscaremos, quando possível, selecionar parlamentares cujos discursos sejam favoráveis ou contra a criação da referida Comissão, ou encontrem-se defendendo-se de acusações.

Há que se considerar, também, que na produção da leitura o leitor entra com as condições que o caracterizam sócio-historicamente (sua faixa etária, sua história de vida, sua estrutura econômica, social e cultural) e, que sua identidade de leitura será configurada pelo seu lugar social - é em relação a esse “seu” lugar que se define a “sua” leitura. Portanto, cabe ao leitor/ouvinte observar no discurso a rede de relações que fazem com que o texto seja claro ou não, a conexão existente entre as intenções e as idéias, além de identificar as estratégias utilizadas pelo autor com o propósito de convencê-lo.

Desta forma, procederemos à elaboração de um questionário no qual serão apresentados alguns trechos de discursos, selecionados a partir dos pronunciamentos feitos em plenário, cujas frases sejam ambíguas, para que o entrevistado registre o que entendeu da mensagem transmitida e sugira uma opção que torne as frases mais claras.

Não apresentaremos nenhuma sugestão aos trechos de discursos selecionados, pois não desejamos que nossa opinião ou sugestão interfira na análise feita pelo público-alvo. Na seleção dos nossos entrevistados daremos prioridade a pessoas com idades, classes sociais, escolaridades e atividades

profissionais distintas, a fim de verificar a diversidade das interpretações apresentadas, quando da leitura da fala do autor, e as diversas propostas elaboradas como alternativas à clareza das idéias expostas no discurso.

Por último, e principalmente, não podemos deixar de mencionar o fato de que ao apresentarmos trechos de falas para possíveis interpretações estamos procedendo a um trabalho de revisão, beneficiamento ou reescritura, elementos primordiais em nossa análise, visto que estaremos considerando, repensando o assunto e fazendo uma reavaliação de seu conteúdo.

Um ponto primordial em nossa análise é o fato de que não podemos nos esquecer em momento algum que estaremos trabalhando a revisão de textos do outro, ou seja, há que se respeitar o texto do autor, devemos nos ater a melhorar a clareza de idéias, segundo aspectos discursivos, procurando entender o pensamento do autor e as variáveis envolvidas na produção textual.

Do entrevistado, responsável pela sugestão de possíveis alternativas à correção das ambigüidades detectadas, não se espera apenas uma revista, apenas localizar o erro, mas uma intervenção efetiva na redação a fim de saná-la.

Do ponto de vista da relevância da análise do discurso e do trabalho de reescritura faz-se necessário chamar a atenção para a importância do assunto no contexto social, pois palavras e sentidos são fundamentais para tomadas de decisões políticas e para o importante valor científico do tema que integra o conteúdo de estudo da língua portuguesa.

No aspecto pessoal a apresentação do tema interessou-me por tratar-se de elemento primordial na Análise do Discurso, principalmente do discurso

parlamentar, elemento primordial à avaliação crítica da fala do interlocutor, a fim de detectar sua intencionalidade, seus objetivos, o que está nas entrelinhas do discurso que se apresenta.

O presente trabalho foi dividido em Introdução, 4 capítulos e Conclusão. O Capítulo 1 trata dos Pressupostos teóricos; o Capítulo 2, do Texto; o Capítulo 3, da Ambigüidade propriamente dita e o Capítulo 4, da Análise das entrevistas.

A íntegra dos discursos parlamentares apresentados para análise consta do Anexo I.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O embasamento teórico do presente trabalho será calcado nos conceitos e propostas de Koch (2001, 2004) levando-se em conta que os trechos que serão analisados serão retirados de discursos, proferidos na tribuna da Câmara dos Deputados, discursos esses muitas vezes improvisados, outras não. Segundo Koch (2004, p. 25):

Nenhum texto apresenta de forma explícita *toda* a informação necessária à sua compreensão: há sempre elementos implícitos que necessitam ser recuperados pelo ouvinte/leitor por ocasião da atividade de produção de sentido. Para tanto, ele produz inferências: isto é, a partir dos elementos que o texto contém, vai estabelecer relações com aquilo que o texto implícita, (...)

Havemos de considerar o uso essencialmente argumentativo da linguagem no trabalho de elaboração de nossa monografia. Segundo Koch (2004, p. 29):

Quando interagimos através da linguagem..., temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos desencadear, (...)

Koch (2004, p. 29) chama atenção para a força argumentativa dos enunciados, ou seja, a interação por meio da linguagem visa **atuar** (grifo nosso) sobre o outro, causar efeitos, desencadear comportamentos. Temos sempre objetivos a serem atingidos, portanto “procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa.”

Ela nos diz que precisamos pensar a linguagem humana como *lugar* de interação, de constituição das identidades, de representação de papéis, de negociação de sentidos, ou seja, precisamos encarar a linguagem não apenas como

representação do mundo e do pensamento ou como instrumento de comunicação, mas sim, acima de tudo, como forma de *inter-ação* social.

A autora nos remete a uma análise sobre a importância da linguagem no contexto social, o homem precisa comunicar-se com seus pares e o faz por meio do uso da língua, necessita estabelecer com eles uma relação de interação, obtendo deles reações das mais variadas formas, e o faz por meio do seu discurso.

É assim no discurso parlamentar, o orador prepara seu pronunciamento com algum propósito, seja para defender-se, seja para defender os interesses de seu eleitorado, seja para posicionar-se a respeito de algum assunto específico, não importa, seu objetivo principal será sempre convencer seu leitor/ouvinte e chamá-lo a aderir a suas idéias.

No entanto, nem sempre a comunicação estabelecida ocorre de maneira transparente, com a única intenção de informar, o orador tem a sua disposição uma série de instrumentos como a ironia, o blefe, a alusão, aspectos que podem estar subentendidos e pode utilizá-los na apresentação de seus atos de linguagem como um enigma a ser decifrado, pode, ainda, dar às suas palavras um sentido, orientando a interpretação para determinada leitura.

Considerando, ainda, a intencionalidade do falante, sua atitude diante do discurso que produz, os pressupostos, podemos distinguir as relações discursivas estabelecidas que podem ser ideológicas ou argumentativas. Estas últimas implicam a apresentação de explicações, justificativas, razões.

Fiorin (2004, p. 52) nos fala sobre a enunciação, segundo ele “A argumentação consiste no conjunto de procedimentos lingüísticos e lógicos usados

pelo enunciador para convencer o enunciatário. [...] todos os discursos têm um componente argumentativo, uma vez que todos visam a persuadir.”

Para Fiorin, um importante item a ser observado na análise do discurso é o uso da 1ª ou da 3ª pessoa. O emprego da pessoa irá determinar o grau de subjetividade ou de objetividade no qual o autor se posiciona. Os discursos expostos na 1ª pessoa estão vinculados à subjetividade, o *eu* coloca-se no interior do discurso, enquanto os expostos na 3ª pessoa estão vinculados à objetividade, o *eu* ausenta-se do discurso, pois visa tão-somente aos fatos abordados/relatados. Portanto, é uma escolha do orador a narrativa na 1ª ou 3ª pessoa, conforme sua intenção de transmitir efeitos de subjetividade ou objetividade.

Como veremos no decorrer do nosso trabalho a ambigüidade pode apresentar-se como um problema polissêmico / semântico – possibilidade dos vocábulos apresentarem mais de um significado – ou estrutural / sintático – problema de construção frasal. Nesse aspecto buscaremos apoio em Cunha (2001).

Recorreremos, ainda, a Bakhtin (1997) em seu discurso sobre a língua como fenômeno social e na prática da revisão ou reescritura.

No que concerne à ideologia, abordaremos os conceitos traduzidos por Fairclough (2001), por considerarmos que todo discurso enseja um cunho ideológico, esteja ele explícito ou não, que traduz o desejo de convencimento do autor. Para Fairclough (2001, p. 22), “Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles a constroem ou as ‘constituem’ (...)”

Segundo o autor o discurso é uma prática, um modo de ação e representação, ele contribui para a construção das identidades sociais, para

construir as relações sociais entre as pessoas, e para a construção de sistemas de conhecimento e crença.

Especificamente no que se refere ao nosso trabalho, estamos trabalhando o discurso como prática política e como tal ele não só estabelece como, também, mantém e transforma as relações de poder. E como prática ideológica ele irá constituir, naturalizar, manter e transformar os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Portanto, as práticas política e ideológica não são independentes uma da outra, ambas estão relacionadas às relações de poder, esta última gerada a partir do exercício do poder e da luta pelo poder.

Desta forma, o texto é uma luta de poder; escrever bem é poder; quem fala bem tem poder; as pessoas valem por sua rede de poder. Assim, o discurso é político e ideológico sempre.

Com relação à análise textual, interessante registrar a abordagem feita por Fairclough, ele divide a análise textual em 4 itens:

- vocabulário – trata das palavras individualmente;
- gramática – trata das palavras combinadas em orações e frases;
- coesão – trata da ligação entre orações e frases; e
- estrutura textual – trata das propriedades organizacionais de larga escala dos textos.

Na análise da prática discursiva ele acrescenta três itens:

- a força dos enunciados – os tipos de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças, etc.);
- a coerência dos textos; e
- a intertextualidade dos textos.

Ao produzir um texto as pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações, que resultam em escolhas sobre o significado e a construção de relações sociais, conhecimento e crença. Segundo Fairclough (2001, p. 117), “As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de ‘senso comum’ ...”

É possível concluir que caberá ao leitor/ouvinte a tarefa de decodificar a mensagem transmitida, e, nesse contexto, há que se considerar os vários elementos que em conjunto definirão qual será a melhor escolha no momento da interpretação propriamente dita. Vale lembrar, mais uma vez, que “... o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite.” (FIORIN, 2004, p. 52)

2 O TEXTO

O discurso manifesta-se lingüisticamente por meio de textos, capaz de formar um todo significativo, portanto, faz-se necessário tecermos alguns comentários acerca do texto. Compreendemos que para analisarmos o texto do outro precisamos, antes, conhecer um pouco sobre a elaboração textual.

A palavra texto vem do latim *textum*, que significa tecido. Quando tentamos pensar em uma imagem sobre texto, a idéia do tecido parece-nos interessante: o tecido é um todo amarrado, construído por alguém para alguém. Como afirma Geraldi (1997, p. 98): “um texto é o produto de uma atividade discursiva onde alguém diz algo a alguém”.

Segundo Koch (2004, p. 160),

A atividade de interpretação do texto deve sempre fundar-se na suposição de que o produtor tem determinadas intenções e de que uma compreensão adequada exige justamente, a captação dessas intenções por parte de quem lê: é preciso compreender-se o **querer dizer** como um **querer fazer**.

Ao falarmos de texto não podemos deixar de pensar nele como um produto de criação, uma obra de arte, e um texto bem elaborado encanta qualquer bom leitor. Quantos não gostariam de saber fazer fluir como um toque de magia um belo texto? Como dizem Ernani e Nicola (1997, p. 384): “Muito se discute sobre a “fórmula mágica” que nos ensinaria a redigir um bom texto ...”. No entanto, como essa fórmula não existe, resta-nos observar alguns fatores que poderão nos auxiliar na produção textual.

O texto é um todo gerador de sentido, portanto, refere-se a uma totalidade. O que faz um amontoado de frases ser um texto é a existência de alguns itens, necessários à elaboração de um texto de boa qualidade. São eles:

- a **coerência** – não se contradizer, não confundir o leitor, as frases devem estar relacionadas entre si;
- a **concisão** - ser objetivo, ir direto ao assunto, eliminar tudo aquilo que é desnecessário;
- a **correção** - conhecer as normas que regem o uso da língua, e se necessário consultar a gramática, quantas vezes for necessário;
- a **clareza** – expor as idéias de forma que possam ser facilmente compreendidas pelo leitor.

Já que falamos das qualidades de um bom texto, vale a pena falarmos, também, dos defeitos que podem prejudicar sua compreensão; principalmente, considerando que o tema de nosso trabalho constitui um desses defeitos.

Ernani e Nicola (1997) enumeram alguns itens que empobrecem o texto e que, portanto, devem ser evitados. São eles:

1. Ambigüidade – presença de duplicidade de sentido - pode ocorrer por má pontuação ou mau emprego de palavras ou expressões.
2. Obscuridade – falta de clareza - pode ocorrer por má pontuação, linguagem rebuscada ou períodos excessivamente longos.
3. PleonasmO – redundância - repetição desnecessária de um conceito ou de um

termo; a não ser quando ele é utilizado com a finalidade de tornar a mensagem mais expressiva.

4. Cacofonia – mau som obtido pela união das sílabas finais de uma palavra com as iniciais de outra.
5. Eco – seqüência de palavras terminadas com o mesmo som.
6. Prolixidade – utilizar mais palavras do que o necessário para exprimir uma idéia, não ser objetivo, ficar enrolando.

Na análise textual precisamos compreender os elementos responsáveis por assegurar o significado da tessitura do texto e como as relações entre eles auxiliam na construção do sentido. Assim, a análise poderá ser dividida em três etapas.

Na primeira etapa a análise diz respeito às relações estabelecidas em torno do texto, dentro do próprio texto, denominadas **relações textuais**, e vão determinar como, quando e porque ele tem o sentido que tem. Trata-se de um ponto de vista gramatical, analisaremos apenas os elementos na sua relação uns com os outros.

Na segunda etapa a análise diz respeito ao sentido na sua relação com a situação sócio-histórica de produção do texto, a relação estabelecida entre o texto e o contexto, saindo de um nível textual para um **extra-textual**. Ou seja, só será possível compreendermos determinados textos se conhecermos o contexto no qual ele está inserido.

Na terceira etapa a análise refere-se às relações construídas pelo texto

com outros textos. Vamos buscar estabelecer quais sentidos são possíveis quando relacionamos o texto com outros que já conhecemos, a essas relações chamamos de **intertextuais**.

Todos esses tipos de relações nos mostram como é importante o conhecimento da própria língua, com o qual selecionamos o tipo de sentido que atribuímos a um elemento do texto. Importante, também, é entender a situação que está em torno do texto, visto que ela também vai atribuir significado ao mesmo.

No momento em que o educando se torna capaz de descobrir tudo aquilo que se encontra, de algum modo, implícito no texto, em seus diversos níveis de significação, ser-lhe-á mais fácil fugir à manipulação, ou seja, reconhecer as manobras discursivas realizadas pelo produtor, com o intuito de conduzi-lo a uma determinada interpretação ou obter dele determinados tipos de comportamento. (KOCH, 2004, p. 161)

3 A AMBIGÜIDADE PROPRIAMENTE DITA

Faz-se mister conceituarmos ambigüidade, tema de nosso trabalho. Em nosso estudo, pudemos observar ser consenso no estudo da língua que ambigüidade nada mais é do que a duplicidade de sentidos ocasionada pela má colocação de palavras, frases ou orações.

Vejamos com mais detalhes o que nos dizem alguns autores. Segundo Houaiss (2001), alguns são os conceitos:

- 1 característica ou condição do que é ambíguo
- 2 obscuridade de sentido (de palavras, formas de expressão etc.)
- 3 hesitação entre duas ou mais possibilidades; dúvida, incerteza, indecisão
- 4 **Rubrica: automação.**

duplicidade de equilíbrio num mecanismo de controle automático

- 5 **Rubrica: filosofia.**

multiplicidade de significados conexos e complementares atribuíveis a conceitos filosóficos polissêmicos

- 6 **Rubrica: filosofia.**

no *existencialismo*, situação básica à qual está submetido todo ser humano, que consiste em se defrontar com a ausência de um sentido preestabelecido ou prefixado para a vida, devendo portanto lutar incessantemente para inventá-lo e estabelecê-lo no mundo real

7 Rubrica: filosofia.

em Merleau-Ponty (1908-1961), a situação paradoxal do homem autêntico que simultaneamente se retira do mundo para refletir e nele se põe para agir

8 Rubrica: lingüística.

propriedade que possuem diversas unidades lingüísticas (morfemas, palavras, locuções, frases) de significar coisas diferentes, de admitir mais de uma leitura; anfibologia [A ambigüidade é um fenômeno muito freqüente, mas, na maioria dos casos, os contextos lingüístico e situacional indicam qual a interpretação correta; estilisticamente, ela é indesejável em texto científico ou informativo, mas é muito usada na linguagem poética e no humorismo.]

Ilari (2006) nos apresenta as ambigüidades de segmentação, que se trata, grosso modo, de escrever da forma como se fala. Segundo ele, separar palavras é um hábito adquirido com a escrita, na fala não se costuma separar palavras. Portanto, palavras mal segmentadas na fala ocasionam dupla interpretação. Um exemplo ocorre com a expressão: “Vá tapar”, que, na fala, pode ser compreendido como vatapá.

De acordo com Fiorin (2003, p. 152), na semântica a ambigüidade pode apresentar-se:

a) **na significação das palavras**, quando uma palavra pode ser interpretada com mais de um significado.

Exemplo: A *balada* de ontem foi divertida.

A palavra *balada* é ambígua, pois pode significar um tipo de música ou um

acontecimento social.

Para Dubois (1973) e Crystal (2000) este é um tipo de ambigüidade de léxico – quando certos morfemas têm vários sentidos, ou seja, decorre da análise gramatical de uma sentença, mas se deve apenas a significados alternativos de um ITEM LEXICAL.

b) **na sentença**, porque a sintaxe prevê diferentes possibilidades de combinação, ou seja, ter mais de uma estrutura sintática. Dubois (1973) também apresenta este tipo de ambigüidade como homonímia de construção.

Exemplo: Os alunos e os professores inteligentes participaram do Simpósio.

A frase é ambígua, pois existe mais de uma interpretação, ocasionada pela possibilidade de combinações entre o adjetivo *inteligente* e os substantivos *alunos* e *professores*. Assim, teremos:

1. [Os alunos e os professores inteligentes] participaram do Simpósio.
2. Os alunos e [os professores inteligentes] participaram do Simpósio.

Existem, ainda, ambigüidades puramente semânticas, como: - A vizinha de João gosta *dele*. No pronome *ele*, podemos observar a ambigüidade:

1. pela retomada anafórica de João, na própria sentença;
2. pela busca de algum indivíduo do sexo masculino saliente no contexto.

Crystal (2000) classifica essa ambigüidade como transformacional – representações semânticas alternativas só podem ser esclarecidas relacionando-as a estruturas diferentes. Como ocorre no exemplo: A mulher do missionário está

cozinhando. Quer dizer que a mulher do missionário está fazendo comida ou ela está sendo preparada para ser comida?

Sentenças com mais de duas interpretações estruturais são chamadas multiambíguas.

Crystal (2000) menciona, ainda, a ambigüidade gramatical (ou estrutural) – constituintes alternativos são atribuídos a uma CONSTRUÇÃO. Como ocorre no exemplo: Homens e mulheres jovens. Pode ser analisado como:

- a) [Homens e mulheres] jovens, ambos são jovens; ou
- b) Homens e [mulheres jovens], só as mulheres são jovens;

Fiorin (2003, p. 153) cita, ainda, as relações em que a interpretação de uma expressão depende da interpretação de outra, chamadas relações de escopo. Como ocorre no exemplo: Vários eleitores escolheram um candidato jovem.

Temos duas possibilidades:

1. um determinado candidato jovem foi escolhido por vários eleitores;
2. vários eleitores escolheram um candidato jovem diferente, não necessariamente o mesmo.

O Manual de Redação da Presidência da República (2002) chama a atenção para o fato de que a clareza é requisito básico para todo texto oficial, e o mesmo pode ser pensado para os demais tipos de textos, portanto, deve-se atentar para as construções que possam gerar equívocos de compreensão.

A abordagem feita pelo Manual restringe-se ao emprego dos pronomes

na 3ª pessoa e da oração reduzida. Destaca a ocorrência da ambigüidade em quatro casos, são eles:

1. **com pronomes pessoais.** Como ocorre no exemplo: O Ministro comunicou a seu secretariado que *ele* seria exonerado. Quando o pronome possui mais de um antecedente na 3ª pessoa ocorre a dificuldade de identificar-se a que palavra ele está se referindo.
2. **com pronomes possessivos e pronomes oblíquos.** Como ocorre no exemplo: O Deputado solicitou a intervenção do Presidente da República no *seu* Estado.
3. **com pronomes relativos.** Como ocorre no exemplo: Roubaram a mesa do gabinete em *que* eu costumava trabalhar.
4. **Na oração reduzida a que ela está se referindo.** Como ocorre no exemplo: *Sendo indisciplinado*, o Chefe admoestou o funcionário.

Para Câmara Jr. (1964) a ambigüidade é uma conseqüência:

- a) da homonímia;
- b) da polissemia;
- c) da deficiência dos padrões sintáticos;
- d) de padrões sintáticos, no que diz respeito à colocação, concordância e regência.

Interessante ressaltar a colocação de Cegala (1996) quando ele diz que “Da má posição das palavras podem resultar sentidos ridículos. Como ocorre no exemplo: mando-te uma cadelinha pela minha empregada que tem as orelhas cortadas.”.

Finalmente, convém destacar o caráter altamente dialógico da ambigüidade, ou seja, ela só se faz presente na pessoa do ouvinte/leitor. Ao produzir o texto o autor sabe o que está querendo dizer, porém, o ouvinte/leitor pode não perceber sua intenção, seu propósito.

Concluindo, cabe destacar que devemos buscar a clareza das expressões em nossos textos e em nossas leituras e que a ambigüidade só deve ser evitada quando é involuntária, ou seja, quando não se tem a intenção de deixar dúvidas por meio da duplicidade de sentidos. Deve-se considerar, ainda, que a questão da ambigüidade no emprego das formas lingüísticas deve ser considerada a partir de uma problemática que tome o texto como ponto de partida, com seus mecanismos de coesão e de coerência, já que a falta de clareza pode implicar o não-texto.

4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Nossa coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário, constante do Anexo deste trabalho. Quando da elaboração do referido questionário pensamos em aplicá-lo a um número maior de pessoas, no entanto, tivemos muita dificuldade em receber as respostas, obtivemos um retorno de aproximadamente 40% do que havíamos distribuído. Percebemos que tal ocorrido decorreu do fato de tratar-se de um questionário que ensejava uma análise prévia e cujas respostas teriam que ser subjetivas, ou seja, as pessoas têm dificuldade, resistência e indisposição ao defrontarem-se com perguntas que ensejam respostas subjetivas. Observamos que as respostas objetivas são mais bem vistas.

Quando da nossa proposta de pesquisa, planejamos selecionar pessoas com idades, classes sociais, escolaridades e atividades profissionais distintas, a fim de verificarmos a diversidade das interpretações apresentadas quando da leitura da fala do orador. Infelizmente, com o pouco retorno que obtivemos, a diversidade no quesito escolaridade ficou um pouco prejudicada; gostaríamos de ter apresentado respostas de pessoas com apenas o Ensino Fundamental, no entanto os questionários entregues a pessoas com esse perfil não foram respondidos.

Considerando que nossos entrevistados, ao responderem o questionário, estão fazendo um trabalho de análise, revisão e propondo um beneficiamento ou reescritura dos textos, pudemos observar vários graus de dificuldade, principalmente, no quesito interpretação das atividades propostas. Ou seja, conforme os itens citados, observa-se maior ou menor grau de entendimento do que é proposto.

No que concerne à identificação das variantes da ambigüidade no discurso parlamentar, a abordagem ideológica, social, histórica e política em que o discurso está inserido, acreditamos que os entrevistados conseguiram atender a contento o que propomos.

Com relação às frases que selecionamos gostaríamos de tecer alguns comentários.

I. “O Conselho de Ética desta Casa tem de ser mais firme e contar com o apoio do Plenário. **Se não, é melhor que seja extinto.**”

Esta frase foi retirada de um discurso parlamentar cujo autor é citado como um dos envolvidos no escândalo, o mesmo faz questão de frisar que não está na tribuna com o objetivo de justificar-se, mas de solicitar providências para a apuração dos fatos e a defesa dos parlamentares sérios. O parlamentar pretende convencer o ouvinte acerca de suas convicções, angariar simpatia e chamar o ouvinte / leitor a aderir a seus argumentos.

A ambigüidade pode ser observada nas diferentes possibilidades de combinação da sentença, ou seja, a depender da leitura do entrevistado, ele poderá considerar que quem deve ser extinto seja o Conselho de Ética ou o Plenário. Ao deixar à escolha do ouvinte/leitor a opção de escolha, devemos considerar a hipótese de que a intenção do orador seja justamente a de deixar a dúvida, não esclarecer, ou seja, nesse caso o uso da ambigüidade poderia ser proposital.

2. “Sr. Presidente, estamos num fosso moral. Se nós Deputados não assumirmos um posicionamento mais firme, **eles vão nos desmoralizar e nos liquidar.**”

Considerando que o segundo item é continuação do primeiro podemos supor que, também neste caso, a ambigüidade pode ser proposital, afinal o pronome pessoal “eles” diz respeito ao Conselho de Ética ou ao Plenário? O orador pode, ainda, estar se referindo a uma terceira pessoa, que poderia ser a Polícia Federal, o Partido dos Trabalhadores, ou ambos. Nesse caso, recorremos ao Manual de Redação da Presidência da República que nos diz que, quando o pronome possui mais de um antecedente na terceira pessoa, ocorre a dificuldade de identificar-se a que palavra ele está se referindo.

3. “Não se pode permitir que a instituição Câmara dos Deputados **sofra, novamente, com esse escândalo da chamada Operação Sanguessuga.**”

O orador quer dizer que a Câmara já sofreu anteriormente com o escândalo da Operação e não pode sofrer mais uma vez pelo mesmo motivo? Ou que ela já sofreu antes por qualquer outro motivo e não pode sofrer agora com esse escândalo? Neste caso nos reportamos a Fiorin (2003, p. 153) quando cita as relações de escopo em que a interpretação de uma expressão depende da interpretação de outra.

4. “Mas não posso permitir que toda esta Câmara **e os Deputados de bem** que muito trabalham em prol dos seus Municípios sejam desprestigiados ou desconsiderados perante a opinião pública porque a mídia não se mostra a favor dos bons, dos honestos e dos competentes.”.

Qual a intenção do autor? Ele quer dizer que a Casa está dividida em

deputados do bem e deputados do mal e que somente os primeiros trabalham em prol dos seus Municípios? O orador foi infeliz na construção da oração, ao tachar os parlamentares, ele deixa margem a uma dupla interpretação. Como ele mesmo diz no final de seu discurso: “Vamos separar o joio do trigo.”, acreditamos que sua intenção é justamente esta, convocar o leitor a aderir aos seus argumentos de que há parlamentares honestos e parlamentares desonestos e que, portanto, devem ter tratamentos diferenciados.

5. : “(...) há Deputados que **conseguem** a liberação de emendas em favor de seus Municípios (...)

Temos duas possibilidades: podemos interpretar que há deputados que “**saem-se bem**” na busca da liberação de emendas (como é difícil, utilizam qualquer recurso) ou que há deputados que são “**contemplados**” (têm sorte) com a liberação de emendas? Podemos observar a duplicidade de significados do verbo empregado e a possibilidade de que o verbo tenha sido escolhido com o intuito de justamente deixar entrever nas entrelinhas o que não se quer dizer.

Antes de partirmos para a análise dos dados coletados, apresentaremos o perfil dos quatro entrevistados selecionados a partir da aplicação do questionário a um universo de 10 pessoas.

Entrevistado 1 - O entrevistado tem 25 anos de idade, curso superior completo, renda familiar superior a 20 salários mínimos e é estudante.

Entrevistado 2 - O entrevistado tem 50 anos de idade, segundo grau completo, renda familiar de até 10 salários mínimos e é Servidor Público.

Entrevistado 3 - O entrevistado tem 25 anos de idade, primeiro grau completo, renda familiar de até 5 salários mínimos e é Auxiliar de Serviços Gerais.

Entrevistado 4 - A entrevistada tem 30 anos, curso superior completo, renda familiar mais de 20 salários mínimos e é Secretária.

Doravante os entrevistados serão referidos apenas pelos números.

Com relação ao primeiro item do nosso questionário, sobre o trecho destacado na frase: “O Conselho de Ética desta Casa tem de ser mais firme e contar com o apoio do Plenário. **Se não, é melhor que seja extinto.**” Pudemos observar:

- Entrevistado 1 registra o que entendeu: “Se o Conselho de Ética não for mais firme e contar com o apoio do Plenário é melhor que ele (Conselho) seja extinto.” Sugere para correção e clareza da frase: “Pois se for para não ser firme e contar com o apoio do Plenário é melhor que este Conselho seja extinto.”
- Entrevistado 2 registra o que entendeu: “Fiquei com dúvida se é o Conselho de Ética ou o Plenário que deve ser extinto.” Sugere para correção e clareza da frase: “ O Conselho de Ética desta casa tem de ser mais firme e contar com o apoio do Plenário. Se não, é melhor que este Conselho seja extinto.”
- Entrevistado 3 registra o que entendeu: “Eu não sei quem tem que acabar, pode ser os dois.” Sugere para correção e clareza da frase: “Se não, é melhor

que um dos dois seja extinto.”

- Entrevistado 4 registra o que entendeu: “Considerando que trata-se do discurso de um parlamentar, e que, com base nas frases seguintes, trata-se da CPMI das Sanguessugas, penso que quem deve ser extinto seja o Conselho de Ética.” Sugere para correção e clareza da frase: “Do contrário, é melhor que o Conselho de Ética seja extinto.”

Nesse primeiro momento de análise, pudemos observar que os quatro entrevistados souberam identificar com convicção a presença da ambigüidade, se posicionaram corretamente no contexto do discurso, tiveram uma ótima leitura, e foram coerentes em suas respostas. Quanto ao quesito clareza na sugestão para correção da frase, observamos que os entrevistados 2 e 4 souberam formular respostas claras, curtas e objetivas. Os entrevistados 1 e 3 tiveram respostas, não diria menos coerentes, mas menos objetivas.

Com relação ao segundo item do nosso questionário, sobre o trecho destacado na frase: “Sr. Presidente, estamos num fosso moral. Se nós Deputados não assumirmos um posicionamento mais firme, **eles vão nos desmoralizar e nos liquidar.**” Pudemos observar:

- Entrevistado 1 registra o que entendeu: “Não entendi quem seriam “eles”. Senadores? Cidadãos?” Sugere para correção e clareza da frase: “Supondo que fossem “eles” os cidadãos, ficaria melhor assim: ... os Senadores vão nos desmoralizar e nos liquidar.”
- Entrevistado 2 registra o que entendeu: “Não entendi quem vai desmoralizar e liquidar os Deputados.” Sugere para correção e clareza da frase: “... vão nos

desmoralizar e nos liquidar.”

- Entrevistado 3 registra o que entendeu: “Tem alguém querendo desmoralizar e acabar com os Deputados.” Sugere para correção e clareza da frase: “Pode ficar assim mesmo: ... eles vão nos desmoralizar e nos liquidar.”
- Entrevistado 4 registra o que entendeu: “Existem algumas pessoas, que certamente foram citadas anteriormente no discurso, que desmoralizarão e liquidarão os Deputados se estes não assumirem um posicionamento mais firme.” Sugere para correção e clareza da frase: “... seremos desmoralizados e liquidados.”

Nesse segundo item, todos os entrevistados perceberam a presença da ambigüidade, porém observamos que o único entrevistado que demonstrou estar situado no contexto do discurso, ser coerente e apresentar uma sugestão clara e coesa foi o de número 4. O entrevistado 2 também é coerente em sua sugestão, porém não se situou no contexto do discurso e podemos perceber que ele “chutou” uma sugestão e, por sorte, acertou, simplesmente sugere a retirada do pronome. O entrevistado 3 tem tanta dúvida e insegurança em tomar uma posição que simplesmente sugere que se mantenha a frase como está.

Com relação ao terceiro item do nosso questionário, sobre o trecho destacado na frase: “**Não se pode permitir que a instituição Câmara dos Deputados sofra, novamente, com esse escândalo da chamada Operação Sanguessuga.**”. Pudemos observar:

- Entrevistado 1 registra o que entendeu: “A Câmara dos Deputados já sofreu antes, mas não está claro se pelo mesmo motivo ou por outro.” Sugere para

correção e clareza da frase: “ ... Câmara dos Deputados sofra com mais esse escândalo ...”

- Entrevistado 2 registra o que entendeu: “A Câmara já sofreu e está sofrendo de novo por causa desse escândalo.” Sugere para correção e clareza da frase: “... sofra pela segunda vez com esse escândalo da chamada Operação Sanguessuga.”
- Entrevistado 3 registra o que entendeu: “A Câmara está sofrendo de novo esse escândalo.” Sugere para correção e clareza da frase: “... sofra mais uma vez com esse escândalo.”
- Entrevistado 4 registra o que entendeu: “A Câmara já sofreu com outros escândalos e está sofrendo com mais esse ou a Câmara já sofreu uma vez com esse escândalo e está sofrendo novamente com o mesmo escândalo.” Sugere para correção e clareza da frase: “Pelo desenrolar dos fatos, parece-me mais óbvio que a frase seja construída assim: ...que a instituição Câmara dos Deputados sofra com mais um escândalo, a chamada Operação Sanguessuga.”

Os entrevistados 1 e 4 detectaram com bastante segurança a ambigüidade presente na frase. Já os entrevistados 2 e 3 perceberam apenas uma possibilidade de interpretação para a mesma. Quanto às sugestões os entrevistados foram bastante coerentes. A supressão do adjunto adverbial novamente está evidente em todas as respostas, em virtude disso tivemos sugestões bastante objetivas e claras às frases apresentadas.

Com relação ao quarto item do nosso questionário, sobre o trecho

destacado na frase: “Mas não posso permitir que toda esta Câmara **e os Deputados de bem** que muito trabalham em prol dos seus Municípios sejam desprestigiados ou desconsiderados perante a opinião pública porque a mídia não se mostra a favor dos bons, dos honestos e dos competentes.”. Pudemos observar:

- Entrevistado 1 registra o que entendeu: “‘Toda essa Câmara’ seria não só os Deputados mas também os funcionários do órgão; e ‘e os Deputados de bem’ seria usado com o intuito de dizer que os Deputados ‘desonestos’ ou ‘mal Deputados’ teriam, sim, que sofrer as conseqüências.” Sugere para correção e clareza da frase: “ ... e os Deputados honestos ...”
- Entrevistado 2 registra o que entendeu: “Na Câmara tem Deputados que são do bem, corretos, e Deputados que são do mau, que fazem coisas erradas.” Sugere para correção e clareza da frase: “... e os Deputados que são do bem.”
- Entrevistado 3 registra o que entendeu: “A Câmara tem Deputados de bem, que são certos.” Sugere para correção e clareza da frase: “... e os Deputados que fazem o bem.”
- Entrevistado 4 registra o que entendeu: “Na Câmara dos Deputados existem Deputados honestos e desonestos (corruptos) e ‘alguns’ dos honestos trabalham em prol dos seus Municípios.” Sugere para correção e clareza da frase: “Mas não posso permitir que o nome desta Instituição e dos Deputados que muito trabalham ...”

Houve consenso entre os entrevistados quanto à duplicidade de interpretação para as palavras selecionadas na frase, mas a resposta mais coerente foi sem dúvida a do entrevistado 4, que soube expressar-se com clareza.

Com relação ao quinto item do nosso questionário, sobre o trecho destacado na frase: “(...) há Deputados que **conseguem** a liberação de emendas em favor de seus Municípios (...)”. Pudemos observar:

- Entrevistado 1 registra o que entendeu: “A liberação de emendas em favor dos Municípios é difícil.” Sugere para correção e clareza da frase: “ ... há Deputados que, apesar da dificuldade, conseguem a liberação ...”
- Entrevistado 2 registra o que entendeu: “Pode conseguir honesta ou desonestamente.” Sugere para correção e clareza da frase: “... há Deputados que negociam a liberação ...”
- Entrevistado 3 registra o que entendeu: “Tem Deputados que conseguem e outros que não conseguem.” Sugere para correção e clareza da frase: “Do jeito que está fica bom.”
- Entrevistado 4 registra o que entendeu: “Esta palavra deixa uma margem de dúvida quanto a legalidade da liberação de emendas.” Sugere para correção e clareza da frase: “... há Deputados que são contemplados com a liberação de emendas ...”

O entrevistado que conseguiu detectar com maior clareza a ambigüidade de sentidos no emprego do verbo conseguir foi o entrevistado 4, pois conseguiu captar a intenção do autor no emprego sutil da palavra. Os demais entrevistados detiveram-se na análise da maneira como se dá a liberação. Quanto às sugestões também a mais coerente é, sem dúvida, a 4.

De uma forma geral, pudemos verificar que no quesito análise das frases apresentadas os entrevistados com mais escolaridade têm mais facilidade de

entendimento, detectam com maior facilidade o fenômeno da ambigüidade presente nas frases. Demonstram estar inteirados do assunto tratado nos discursos parlamentares, segurança em suas respostas, coerência, e ainda, maior facilidade para situar o momento da fala do autor, suas intenções e o contexto no qual as frases estão inseridas.

Como exemplo podemos comparar o entrevistado 4, que possui nível superior, e o entrevistado 3, que possui o primeiro grau completo. Em algumas questões, o entrevistado 3 prefere manter a frase sem alterações, em uma manifestação de insegurança, tanto do contexto quanto das possibilidades de substituição de palavras, a fim de tornar a frase mais clara e coesa. Exemplo: questão 2 – “Pode ser assim mesmo”; questão 5 – “Do jeito que está fica bom.” O entrevistado 4 demonstra segurança em suas colocações, facilidade de interpretação, coerência, clareza de idéias, domínio da língua, conhecimento textual e capacidade de avaliar as intenções nas falas dos autores. Exemplo: questão 1 – “Considerando que trata-se do discurso de um parlamentar ...”; questão 2 – “Existem algumas pessoas, que certamente foram citadas anteriormente no discurso...”.

No que se refere às sugestões apresentadas com interpretações que tornem o texto mais claro, também observamos que os entrevistados com um maior nível de escolaridade e uma condição econômica melhor tiveram uma maior facilidade, sugeriram frases mais coesas, mais concisas, sugeriram revisões e às vezes reescrituras para tornar as frases mais claras. Exemplo: Entrevistado 4, questão 4: “Mas não posso permitir que o nome desta Instituição e dos Deputados ...”; entrevistado 3: “...toda esta Câmara e os Deputados que fazem o bem.”

CONCLUSÃO

No acurado trabalho de pesquisa que empreendemos, na busca de elementos que nos dessem subsídios suficientes para atender aos objetivos a que nos propusemos, tivemos a oportunidade de consultar cerca de 300 discursos parlamentares dos quais selecionamos 25, que tratavam especificamente do tema da CPMI das Sanguessugas, e destes escolhemos analisar 03. Trata-se dos discursos proferidos pelos Senhores Deputados Paulo Magalhães, Cláudio Cajado e Coriolano Sales, coincidentemente os três parlamentares pertencem ao mesmo partido (PFL - Partido da Frente Liberal) e ao mesmo Estado, a Bahia.

O assunto dos discursos parlamentares que escolhemos trabalhar, sobre a CPMI das Sanguessugas, teve um enfoque muito grande na mídia nacional durante todo o ano de 2006, a ética e a corrupção foram assuntos de discussões, debates, fóruns, etc. Ou seja, esteve em evidência e foi tratado por todos os meios de comunicação e pela sociedade de uma forma geral. A população brasileira demonstrou nas urnas sua insatisfação com o cenário político nacional renovando os mandatos de apenas 50% dos atuais parlamentares. Apesar dessa demonstração de consciência observamos, no resultado das entrevistas realizadas em nosso trabalho, que as pessoas que possuem uma escolaridade menor têm uma consciência crítica menos acurada da realidade nacional, têm mais dificuldade de expressar por escrito seus pensamentos, possuem uma bagagem cultural menor, têm menos interesse no acompanhamento diário dos acontecimentos nacionais, têm uma percepção menor ao avaliar as reais intenções do autor ao produzir seu discurso.

Considerando que todo discurso subjaz um cunho ideológico e que por

meio deste o autor tenta influir sobre o comportamento do outro, convocando-o a aderir aos seus argumentos, serão as condições que caracterizam o leitor sócio-historicamente, como as citadas anteriormente, e “sua leitura”, que será definida pelo seu lugar social, que determinarão o sucesso ou o fracasso do intento do autor. E foi entre pessoas de menor escolaridade e de menor poder aquisitivo que constatamos ser maior o poder de convencimento do autor sobre o outro.

Considerando que a ambigüidade é tema recorrente no estudo da Língua Portuguesa, tendo em vista que é abordada desde as séries iniciais, quando do estudo da formação das palavras e seus significados, os sentidos das expressões e frases (morfemas, locuções), até o ensino superior (anfibologia) na lingüística moderna, nas linguagens poéticas e humorísticas, observamos que nossos entrevistados identificaram com tanta facilidade a ambigüidade nas falas apresentadas que chegamos a duvidar de que nelas realmente houvesse duplicidade de sentidos. Desta forma, pudemos constatar a importância do conhecimento da ambigüidade no contexto da Língua Portuguesa a fim de identificá-la, analisá-la e propor possíveis interpretações.

As atividades de análise e sugestão dependeram um grau maior de discernimento por parte dos entrevistados e pudemos perceber que aqueles que possuem um grau de escolaridade maior tiveram mais desenvoltura, coerência e objetividade na formulação das sugestões, demonstraram a intenção de sanar o problema da ambigüidade e não apenas localizá-la. Algumas vezes, o entrevistado que possui uma escolaridade menor demonstrou não entender o pensamento do autor e as variáveis envolvidas na produção textual, nesses momentos não propôs nem uma revisão muito menos uma reescritura do texto, preferiu apenas mantê-lo da forma como se encontrava, ou seja, não foi capaz de intervir efetivamente na

redação.

As intenções e motivos presentes no discurso parlamentar tornam-se claros a partir da leitura acurada e do conhecimento do contexto em que o discurso se apresenta. Há que se ressaltar, ainda, o importante papel da ambigüidade como recurso argumentativo, utilizado muitas vezes pelo autor no intuito de esconder aquilo que não quer ser dito, ou seja, propositalmente.

Como pudemos observar o discernimento para interpretar o que se pede, o trabalho de análise, a noção de ambigüidade, o conhecimento de mundo, a bagagem sócio-histórico-cultural, a clareza de idéias e a identidade de leitura do entrevistado formam um todo importante e necessário a um resultado satisfatório das atividades propostas.

Estamos satisfeitos com os resultados alcançados no presente trabalho, tendo em vista que conseguimos atingir os objetivos a que nos propusemos com a identificação das variantes da ambigüidade nos discursos parlamentares e a apresentação de sugestões que dão clareza e coerência aos textos.

Finalmente, não podemos deixar de registrar a importância da aplicação das diferentes disciplinas do curso de Língua Portuguesa – Texto e Discurso para o desenvolvimento do presente trabalho. Ao mesmo tempo em que aprimoramos nossa leitura, interpretação, senso crítico, produção textual, ampliamos nossos conhecimentos e, conseqüentemente, melhoramos nosso desempenho pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M.M. **Estética da criação verbal**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARRETO, Mário. **Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença/INL-FCRB-MEC, 1980.

Brasil. Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 2.ed. Brasília: Presidência da República, 2002.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de Filologia e Gramática**. São Paulo/Rio de Janeiro: J. Ozon editores, 1964.

CARNEIRO, Agostinho Dias. **Redação em Construção**. São Paulo: Editora Moderna, 2001.

CEGALLA, Domingos Pascoal. **Dicionário de Dificuldades da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 2.ed. ver. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CRUZ, Tânia Cristina S. e LINS, Tatiana B. de A. **Normas para elaboração de monografias**. Brasília: UniCEUB; ICPD, 2005.

CRYSTAL, David. **Dicionário de Lingüística e Fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Defeitos de Texto - Ambigüidade. Disponível em:
www.brasilecola.com/redacao/ambiguidade.html. Acesso em: 15.set.2006

Desvio lingüístico. Disponível em: www.radames.manosso.hom.br/gramatica/desvio.htm. Acesso em: 11.set.2006.

DUBÓIS, Jean et al. **Dicionário de lingüística.** São Paulo: Cultrix, 1973.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. (Tradução de I. Magalhães. Discourse and social change. 1992).

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso.** 12.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Introdução à Lingüística II.** São Paulo: Contexto, 2003.

FROMKIN, Vitória e RODMAN, Robert. **Introdução à Linguagem.** Coimbra: Almeida, 1993. (Tradução de Isabel Casanova).

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar.** 23. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem.** 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HERNANDES, Paulo. **Ambigüidade.** Disponível em: www.pauloherndes.pro.br/dicas. Acesso em: 10.set.2006.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica: brincando com a gramática.** São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I.G.V. **A Inter-ação pela linguagem.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Argumentação e Linguagem.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Introdução à Lingüística Textual**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Leitura e Solução da Ambigüidade. Disponível em: www.logos.it/pls/dictionary/linguistic_resources.cap_2_10?lang=bp. Acesso em: 15.set.2006.

LYONS, John. **Língua(gem) e lingüística – uma introdução**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1987.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. **A Ambigüidade e o Emprego de Pronomes**. Disponível em: www.filologia.org.br/viiicnff/anais/caderno13-01.html. Acesso em: 12.set.2006.

MONTEIRO, José Lemos. **A Estilística**. São Paulo: Vozes, 2005.

NAKAMURA, Tânia Serrano. **Ambigüidade pode ser Vício de Linguagem**. Disponível em: www.vestibular.uol.com.br/redacao/ult2826u2.jhtm.. Acesso em: 15.set.2006.

SILVA, F. Cordelia Oliveira. **A revisão de texto crítica: uma prática multimodal**.

TERRA, Ernani e NICOLA, José. **Gramática, Literatura e Redação para o Ensino Médio**. São Paulo: Scipione, 1997.

VOGT, C. A. **Linguagem, Pragmática e Ideologia**. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1980.

ANEXOS

Anexo I - Discurso proferido pelo Deputado Paulo Magalhães (PFL/BA), no dia 09 de maio de 2006, às 14h34

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não venho justificar, mas pedir que se apure, como se apurou a autenticidade da Lista de FURNAS, a lista do Ministério da Saúde.

Apresentei emendas ao Orçamento da União, na área da saúde, porque é inerente ao meu mandato. Pedi a alocação de recursos, mas não para a compra de ambulâncias e, sim, de unidade móvel de saúde.

Sou representante de alguns Municípios que têm distritos distantes mais de 50 quilômetros, e é importante que tenham unidade de saúde móvel para fazer pequenas cirurgias, dar atendimento em Odontologia, enfim, dar a quem mora nos distritos distantes melhor tratamento médico.

Não é justo, Sr. Presidente, que um delegado, açodadamente – e posso dizer até irresponsavelmente -, inclua o meu nome numa lista de Deputados que possivelmente fraudaram a liberação de emendas para a área da saúde.

Aqui está a relação das emendas que apresentei desde que tomei posse como Deputado Federal. Aprovadas, foram destinados 658 mil reais para a aquisição de unidades móveis de saúde de 18,5 milhões de reais. São 3,55%. Nem chega ao percentual de emendas de minha autoria aprovadas para a aquisição de unidades móveis de saúde.

Aqui venho refutar a denúncia e pedir aos Ministros da Justiça e da Saúde, bem como ao Procurador-Geral da República, através de requerimento, que

acompanhem a tramitação das minhas emendas até o fim, para verificar se houve desvio de recursos públicos.

Sr. Presidente, não vão encontrar nada ilegal. Assim, sinto-me à vontade para dizer desta tribuna que, se existem Deputados que recebem comissão ou se beneficiam com a apresentação de emendas ao Orçamento, não estou incluso nesse rol.

Esta Casa tem de apurar essas denúncias. O Sr. Presidente, Deputado Aldo Rebelo, por quem nutro sentimentos de amizade, respeito e consideração, tem a obrigação de determinar a investigação, para que não seja o nome de um Deputado sério como eu e o de muitos outros incluso nessa lista de malandros.

O PT quer nivelar todos os Deputados por baixo. Mas não aceitamos isso. Esta Casa tem de punir os Deputados que recebem comissão, que dividem os recursos públicos por meio da apresentação de emendas ao Orçamento. Mas tem de defender Deputados como eu, sérios, que tratam da coisa pública com decência. Exijo o respeito que um Parlamentar com a minha linha de conduta merece.

Sr. Presidente, não aceito que um delegado, irresponsavelmente, inclua o meu nome numa lista que diz ser de possíveis fraudadores do Orçamento da União. Ao mesmo tempo, o delegado diz que não é bem assim.

Esta Casa está obrigada a apurar os fatos. Ainda hoje estive com o Corregedor, Deputado Ciro Nogueira. S.Exa., como sempre firme, disse-me que providenciará a apuração das denúncias. Se não forem apuradas, voltarei a esta tribuna.

Como disse no início do meu pronunciamento, encaminharei requerimento à Procuradoria-Geral da República, aos Ministérios da Justiça e da Saúde para que façam o levantamento das minhas emendas desde o momento em que a apresento

até quando o Prefeito recebe o benefício.

Esta Casa Sr. Presidente, tem de defender esse posicionamento. Os Deputados não podem ser tratados como malandros. O Conselho de Ética desta Casa tem de ser mais firme e contar com o apoio do Plenário. Se não, é melhor que seja extinto. Sr. Presidente, estamos num fosso moral. Se nós Deputados não assumirmos um posicionamento mais firme, eles vão nos desmoralizar e nos liquidar. (grifo nosso)

Nós, Deputados sérios desta Casa, não podemos aceitar isso.

Sr. Presidente, sei que V.Exa. apóia o meu pronunciamento, pois é um dos homens sérios desta Casa. Por isso me dá mais tempo para externar a minha revolta, a minha indignação, acima de tudo a firmeza na defesa dos meus direitos, os mesmos de quem me colocou nesta Casa para brigar pelos interesses da Bahia e dos baianos.

Vamos até o fim, para apurar tudo. Esta Casa está compelida a discriminar os Deputados metidos na malandragem, que roubam o Erário, e também a revelar o nome dos Deputados sérios. Estou à vontade para dizer que, se as listas forem feitas, estarei na dos Deputados sérios desta Casa.

Muito obrigado.

**Anexo II - Discurso proferido pelo Deputado Cláudio Cajado (PFL/BA), no dia
11 de maio de 2006, às 09h04**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, esta Casa está sob o foco da atenção da opinião pública, lamentavelmente, por mais um escândalo levado ao plenário desta Casa, a cada gabinete deste Parlamento, a cada uma das representações que aqui exercemos. Não se pode permitir que a instituição Câmara dos Deputados sofra, novamente, com esse escândalo da chamada Operação Sanguessuga. (grifo nosso)

Sr. Presidente, de antemão, quero dizer que tenho 3 mandatos como Deputado Federal e um como Vereador, além de ter sido Presidente de Câmara Municipal e Prefeito. Nunca houve nenhum tipo de denúncia contra mim. Falo, então, com absoluta tranqüilidade, que meu nome não está envolvido em nenhuma denúncia, mas hoje fico entristecido como Deputado Federal. A partir de agora, cada olhar da sociedade brasileira, seja do meu, seja de outros Estados da Federação, para um Parlamentar deixará sempre a dúvida: Oh! Aquele deve estar no meio.

Fico perplexo ao ver a mídia só falar dos Deputados. Se há Deputado envolvido, que se apure e o puna rigorosamente, mas não nos podemos esquecer de que, se há fraudes nas emendas, há uma triangulação que envolve o Ministério que liberou os recursos financeiros e os Municípios ou órgãos convenientes que assinaram os convênios e fizeram a licitação. Quanto a isso, nenhuma palavra é dada pela imprensa. Só se fala dos Deputados e desta Câmara. Por que não se fala dos servidores, dos ordenadores de despesa do Ministério da Saúde, das Prefeituras que fizeram licitações direcionadas? Agora, sobre os Deputados e a instituição, o mundo cai.

Sr. Presidente, ontem o Presidente Aldo Rebelo tomou uma posição firme ao não aceitar que órgãos, como a Polícia Federal, instituição que considero séria, investiguem os Deputados, porque só o Supremo Tribunal Federal pode fazê-lo. Se há Deputados envolvidos e se chegou a essas informações, que a Corregedoria, em tempo rápido, apresente as denúncias ao Ministério Público. Se for o caso, que as solicitações vindas para esta Casa permitam que os Deputados sejam processados, de forma célere, no foro competente. Não podemos conviver com essa suspeição. Daqui a 2 meses estaremos em campanha. Como iremos às ruas pedir votos com essa imagem de que nesta Casa há Deputado que não honra seu mandato e não dignifica sua representação? A opinião pública passa a perceber isso cada vez mais.

Sr. Presidente, esse meu desabafo é a forma que encontro para conversar e direcionar-me à opinião pública brasileira para dizer que nesta Casa há homens de bem. Se há 105 ou 110 Deputados envolvidos, existem outros quatrocentos e tantos que não têm nada a ver com isso. Se não houver boa vontade da mídia brasileira – das televisões e dos jornais nacionais e estaduais – e o mínimo de compostura para declarar que nem todos têm seu mandato sob suspeição, continuaremos como estamos.

Sinto-me triste, envergonhado com tudo isso. Temos, por meio de atividade política séria, com P maiúsculo, conseguido adicionar emendas ao Orçamento para construir pontes, barragens, hospitais, escolas e fazer serviços de pavimentação para os Municípios. Com isso minha representatividade fica valorizada para aqueles que me apoiaram.

Sr. Presidente, precisamos defender a tese de que se há erro, temos de punir de forma severa e dura as pessoas que erraram. Talvez estejamos sofrendo este

desgaste agora, porque a maioria da Casa não puniu seus membros denunciados no escândalo anterior. Pode ser. Cada um deve fazer sua análise. Mas não posso permitir que toda esta Câmara e os Deputados de bem (grifo nosso) que muito trabalham em prol dos seus Municípios sejam desprestigiados ou desconsiderados perante a opinião pública porque a mídia não se mostra a favor dos bons, dos honestos e dos competentes.

Vamos separar o joio do trigo. É o que peço.

**Anexo III - Discurso proferido pelo Deputado Coriolano Sales (PFL/BA), no dia
11 de maio de 2006 às 09:44**

Sr. Presidente, Sras. E Srs. Deputados, quero fazer breve registro sobre a crise desencadeada pela chamada Operação Sanguessuga, que movimentou a imprensa nacional e esta Casa de forma inusitada, culminando com a decisão da Corregedoria e da Mesa Diretora de investigar alguns Parlamentares. Acho que esta crise, Sr. Presidente, está dentro do Ministério da Saúde, do Governo.

Estive no Ministério da Saúde em 2002, quando o ex-Prefeito e ex-Senador José Serra era Ministro daquela Pasta. Nunca estive no Ministério da Saúde para fazer pressões sobre liberação de emendas.

A propósito, Sr. Presidente, no ano de 2005, não tive emenda alguma liberada pelo Governo, nenhum centavo. Aliás, fui o único Deputado da Bahia que, marcado cerradamente por meus adversários, não recebi a liberação de uma única emenda, mesmo as mais justas. (grifo nosso)

Considero sagrado o direito político de apresentar emendas ao Orçamento da União. É um direito incontestável do Parlamentar. No entanto, há Deputados que conseguem a liberação de emendas em favor de seus Municípios ou de suas regiões como modo de fazer um pouco da distribuição que o Orçamento discrimina às diversas regiões do País.

Sr. Presidente, quero dizer que se trata de legítimo direito de todo e qualquer Parlamentar, seja desta Casa, seja do Senado Federal, apresentar propostas ao Orçamento da União para liberação de recursos a emendas.

Essa pressão sobre o Ministério da Saúde e de outros, como o das cidades, essa

avalanche de pressões para liberação de emendas aconteceu há poucos dias; foram pressões que envolviam apoio de Parlamentares desta Casa à retirada de assinaturas da CPMI dos Correios em troca de liberação de emendas no Orçamento do Ministério das Cidades e em outros Ministérios. Isso implica dizer que, se há algum erro, é do próprio Governo, não apenas deste, mas de todos os governos.

Sr. Presidente, o Parlamentar apresenta emenda ao Orçamento destinando recursos ao Município. Cabe ao Ministério da Saúde fazer a devida triagem, a seleção, para ver se tudo está de acordo com as regras, as resoluções, determinações e prescrições dos diversos Ministérios.

Portanto, compete ao Ministério autorizar a licitação para que os Municípios promovam a escolha das empresas fornecedoras de equipamentos ou serviços, quando for o caso, não cabendo nenhuma responsabilidade aos Parlamentares, que não têm gerência sobre a liberação de emendas pelo Ministério da Saúde. O Parlamentar apresenta emenda ao Orçamento da União, mas não tem força para fazer a liberação no Ministério da Saúde ou em qualquer Ministério. Essa tem sido a regra ao longo do tempo. O Parlamentar não deve ser responsabilizado pela liberação de emendas. Convém lembrar que ele exerce um direito legítimo de alocar recursos no Orçamento da União, cabendo ao Governo repassar ou não aos Municípios.

Sr. Presidente, quero reafirmar que, em 2005, não tive uma única emenda liberada. Sei que há uma marcação cerrada dos meus adversários em cima daquilo que proponho ao Orçamento da União no intuito de favorecer um ou outro Município, (grifo nosso) pensando naturalmente que vão me impedir de continuar na vida pública.

Era o que tinha a dizer.

Anexo IV - Questionário

Sexo: <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M Idade: [] anos	
Grau de instrução: <input type="checkbox"/> até a 4ª série <input type="checkbox"/> até a 8ª série <input type="checkbox"/> ensino médio incompleto <input type="checkbox"/> ensino médio completo <input type="checkbox"/> ensino superior incompleto <input type="checkbox"/> ensino superior completo <input type="checkbox"/> especialização	
Renda familiar: <input type="checkbox"/> 1 salário mínimo <input type="checkbox"/> até 5 salários mínimos <input type="checkbox"/> até 10 salários mínimos <input type="checkbox"/> até 20 salários mínimos <input type="checkbox"/> mais de 20 salários mínimos	
Profissão: _____	
<p>ANALISE AS FRASES ABAIXO. COM RELAÇÃO AOS TRECHOS DESTACADOS EM NEGRITO, DESCREVA O QUE VOCÊ ENTENDEU E DÊ SUA SUGESTÃO COMO ALTERNATIVA PARA CORREÇÃO DAS FRASES, TORNANDO-AS MAIS CLARAS.</p>	
1	O Conselho de Ética desta Casa tem de ser mais firme e contar com o apoio do Plenário. Se não, é melhor que seja extinto. (Discurso do Dep. Paulo Magalhães (PFL/BA))
2	Sr. Presidente, estamos num fosso moral. Se nós Deputados não assumirmos um posicionamento mais firme, eles vão nos desmoralizar e nos liquidar. (Discurso do Dep. Paulo Magalhães (PFL/BA))

3	Não se pode permitir que a instituição Câmara dos Deputados sofra, novamente, com esse escândalo da chamada Operação Sanguessuga. (Discurso do Dep. Cláudio Cajado (PFL/BA))
4	Mas não posso permitir que toda esta Câmara e os Deputados de bem que muito trabalham em prol dos seus Municípios sejam desprestigiados ou desconsiderados perante a opinião pública porque a mídia não se mostra a favor dos bons, dos honestos e dos competentes. (Discurso do Dep. Cláudio Cajado (PFL/BA))
5	“(...) há Deputados que conseguem a liberação de emendas em favor de seus Municípios (...)”. (Discurso do Dep. Coriolano Sales (PFL/BA))